



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 543/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Balonismo, da Cidade de Maringá.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Balonismo - FPRB, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de setembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE




RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 548/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública a AMAS – Agentes Multiplicadores Ambientais para a Sustentabilidade, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a AMAS – Agentes Multiplicadores Ambientais para a Sustentabilidade, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de setembro de 2011.


ALEXANDRE CURÍ
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 575/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública o Instituto Carlos Galera, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Carlos Galera, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de setembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





OF/CTL/CC nº 1601 /2011

Curitiba, 01 de julho de 2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUL. 2011

1º Secretário

Senhor Presidente,

A DAP p/ leitura no ex-
pedienteA DL p/ providências
Em 04. julho 2011

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 038/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 075/2011, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O presente Projeto de Lei nº 075/11, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida, tem como escopo dispor sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

Em relação à matéria em análise, dispõe a Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde. (grifo nosso)

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. nº 11.102.751-0



Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifo nosso)

Por se tratar de direito fundamental, assegurado pelo Estado, a Constituição Federal não impôs restrições quanto à competência para legislar sobre saúde pública, de forma que as normas que visem garantir o bem-estar da população podem ser elaboradas por qualquer das esferas de poder.

A saúde pública deve, portanto, ser tratada de forma ampla, pois vêm ao encontro dos dispositivos norteadores do Estado Brasileiro, quais sejam, da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

A Constituição Estadual também atua no mesmo sentido:

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. Ao Estado, como integrante do Sistema Único de Saúde, compete implementar ações destinadas a cumprir as atribuições referidas no art. 200 da Constituição Federal.

Observa-se, assim, que toda ação destinada à proteção da saúde da população encontra respaldo constitucional, haja vista se tratar de direito fundamental.

Entretanto, embora haja legitimidade para legislar sobre a matéria proposta, o referido Projeto apresenta vício de iniciativa, vez que, a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado é exclusiva do Chefe do Poder Executivo, a esse respeito dispõe a Constituição Estadual:



Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifo nosso)

Por se tratar de direito fundamental, assegurado pelo Estado, a Constituição Federal não impôs restrições quanto à competência para legislar sobre saúde pública, de forma que as normas que visem garantir o bem-estar da população podem ser elaboradas por qualquer das esferas de poder.

A saúde pública deve, portanto, ser tratada de forma ampla, pois vêm ao encontro dos dispositivos norteadores do Estado Brasileiro, quais sejam, da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

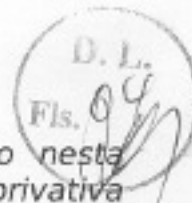
A Constituição Estadual também atua no mesmo sentido:

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. Ao Estado, como integrante do Sistema Único de Saúde, compete implementar ações destinadas a cumprir as atribuições referidas no art. 200 da Constituição Federal.

Observa-se, assim, que toda ação destinada à proteção da saúde da população encontra respaldo constitucional, haja vista se tratar de direito fundamental.

Entretanto, embora haja legitimidade para legislar sobre a matéria proposta, o referido Projeto apresenta vício de iniciativa, vez que, a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado é exclusiva do Chefe do Poder Executivo, a esse respeito dispõe a Constituição Estadual:



Art. 66. *Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso).

Ademais, oportuno salientar que compete à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos gerenciar a coleta e destinação final de resíduos de saúde, ambas subordinadas ao Poder Executivo. Frise-se que as normas vigentes no Estado do Paraná para a gestão de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, para fins da atuação da Vigilância Sanitária já estão estabelecidas na Resolução Conjunta 002/05-SEMA/SESA.

Assim, o presente Projeto de Lei é, portanto, dotado de constitucionalidade no que tange à saúde pública, pecando no que diz respeito à separação dos poderes, ao criar atribuições às Secretarias de Estado, recaindo em evidente inconstitucionalidade, no art. 7º, quanto a fiscalização e a aplicação de multa no caso de descumprimento legal.

A separação dos poderes, como princípio de ordem constitucional, destina-se a evitar ingerência de um poder constituído sobre outro, evitando-se assim arbítrios que poderiam incorrer se um Poder pudesse, livremente, criar atribuições para outro.

Ademais, se não bastassem as inconstitucionalidades supracitadas, o presente Projeto de Lei apresenta evidente afronta ao interesse público, vez que as benesses pretendidas com a redação da presente proposta são, no mínimo, duvidosas, haja vista que os benefícios ao meio ambiente e a saúde pública pretendidos podem não ocorrer, como demonstra o parecer do Sr. Carlos Roberto Patza, do Departamento de Vigilância Sanitária - DEVS, encaminhado pela Secretaria de Saúde, cujo teor segue transcrito:

"As normas vigentes para a gestão de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, para fins da atuação da Vigilância Sanitária, são a Resolução RDC 306/2004-ANVISA de aplicação nacional e a Resolução Conjunta 002/05-SEMA/SESA, válida para o Estado do Paraná.

Tais normas orientam o descarte de medicamentos inservíveis, classificados como grupo B, a ser realizado pelos estabelecimentos definidos nas Resoluções, desde a geração destes resíduos nos estabelecimentos, até o seu tratamento e destino final, que podem ser terceirizados, sob a responsabilidade do estabelecimento gerador.

As informações sobre este processo de gestão devem estar descritas nos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS que devem ser apresentados pelos estabelecimentos para avaliação das vigilâncias sanitárias municipais e para aprovação no Instituto Ambiental do Paraná - IAP, exceto para o município de Curitiba quando será avaliado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Nas normas citadas não há considerações sobre o descarte de medicamentos utilizados pelos consumidores ou usuários em seus domicílios, obtidos pelos mesmos nos estabelecimentos comercializadores e/ou distribuidores de medicamentos, públicos ou privados, exceto aqueles fornecidos por serviços de assistência domiciliar. Também não há qualquer determinação expressa para ação por parte da Vigilância Sanitária para adoção de medidas fiscalizadoras ou



orientadoras para a destinação final destes medicamentos quanto a estes consumidores domiciliares.

Pode ser importante observar que as resoluções da ANVISA e SEMA/SESA não classificam os resíduos produzidos em domicílios como Resíduos de Serviços de Saúde, apesar de ser do conhecimento comum que uma parcela considerável da população realiza tratamentos de saúde em ambiente residencial, tido como um local mais favorável para a ampla recuperação dos indivíduos em tratamento. Tal consideração pode ser creditada à enorme dificuldade operacional que os órgãos de fiscalização teriam para fazer cumprir alguma orientação que fosse possível de executar pelos vários milhares de residências espalhados por todos os municípios.

O Projeto de Lei no 75/2011 determina que empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras ou revendedoras dos produtos descritos sejam os responsáveis em dar a destinação adequada aos produtos tipificados na lei, promovendo a coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final dos mesmos. Determina que os estabelecimentos que comercializem tais produtos ficam obrigados a aceitar a devolução de unidades usadas, vencidas ou inservíveis.

A legislação vigente, particularmente a federal, anteriormente citada, apresenta todas as exigências para acondicionamento de resíduos do Grupo B com dimensionamento em conformidade com o volume de resíduos produzidos no estabelecimento, que deve constar no PGRSS do estabelecimento. Também são apresentadas as condições que os abrigos de resíduos devem satisfazer para o armazenamento dos resíduos no intervalo entre as coletas, com dimensionamento compatível com o volume gerado e o intervalo entre estas coletas. Estas condicionantes devem ser apresentadas no PGRSS elaborado sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado, indicando, ainda, quem será o responsável pela implementação do Plano no estabelecimento.

A legislação em vigor determina que alterações nas quantidades de resíduos geradas no estabelecimento ou modificações de processo que possam ocorrer em qualquer das etapas do gerenciamento ou manuseio deverão ser autorizadas pelos órgãos fiscais responsáveis, implicando na reanálise dos PGRSS anteriormente apresentados e autorizados.

Quanto à aplicação da nova lei e das punições previstas na mesma, deve ser observado que mais de 90% dos medicamentos que circulam no em nosso território são produzidos por fabricantes localizados fora do Estado do Paraná, alguns fora do Brasil, e que a lei proposta poderá não ter força jurídica para o cumprimento de uma legislação estadual relativa aos resíduos de medicamentos consumidos no nosso estado. Ainda deve-se avaliar a hipótese de haver tratamentos diferenciados para os diversos fabricantes e constrangimentos financeiros, éticos e legais para aqueles estabelecidos no Estado do Paraná.

Quanto à reciclagem, deve ser lembrado que, exceto pelos vidros que acondicionem medicamentos líquidos, todos os demais componentes das embalagens, ou sejam, papéis, caixas, blisters, vidros que não contenham medicamentos líquidos, bulas, podem ser descartados como resíduo reciclável nos próprios domicílios, juntamente com os demais recicláveis do lixo doméstico, evitando-se custos adicionais ao consumidor que não precisa ir às farmácias para descartar estes materiais. Sugere-se criteriosa análise na permissão de reciclagem e reutilização de produtos que tem severo rigor e cuidado nas condições de embalagem e armazenamento, evitando-se esta possibilidade, ou seja, a reciclagem e reutilização, a fim de se manter a segurança na utilização de medicamentos e produtos que não devem trazer agravos à saúde pública, obrigação primordial do moderno conceito de estado.

Conforme apresenta a justificativa para o projeto de lei, no Paraná a fiscalização sanitária tem solicitado aos geradores de resíduos de saúde do Grupo B o cumprimento da legislação, ou seja, que os resíduos produzidos nos estabelecimentos, sejam de embalagens ou produtos sem condições de uso, sejam descartados atendendo os critérios determinados nas normas legais, até o seu tratamento e disposição final, que são fiscalizados pelo IAP.

Não parece ser necessário alterar este processo, pois se tem observado o cumprimento da legislação de modo satisfatório por parte dos geradores, sejam farmácias ou hospitais. Sugere-se avaliar que a modificação proposta poderá não implicar em redução nos preços dos medicamentos, visto que o custo do tratamento dos resíduos é repassado para o consumidor final, seja este tratamento pago pela indústria ou pelo varejista.



Os fármacos encontrados no meio ambiente e em águas naturais, conforme apresenta a justificativa da proposição, não são indicativos suficientemente objetivos de que a coleta de resíduos de forma correta venha a diminuir significativamente as concentrações a serem encontradas em novos estudos, após a aprovação da lei. A própria justificativa da lei tem a informação da Alemanha, onde foram identificados 18 antibióticos em efluentes de ETE - Estações de Tratamento de Esgoto, obviamente decorrentes do consumo dos medicamentos pela população. Deve ser observado que as concentrações das doses determinadas para os pacientes são dimensionadas para manter uma ação residual no seu organismo, sendo eliminadas com as fezes e urina dos mesmos; portanto como os processos de tratamento de esgotos usuais não são eficientes na remoção destes produtos químicos, tal situação poderá não ser modificada pela melhor gestão de RSS do Grupo B, cabendo-se avaliar outro tipo de proposição para efetivar esta redução.

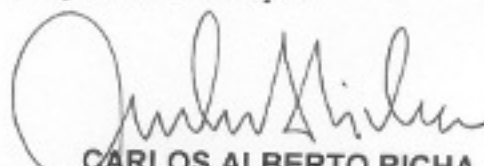
Como a grande preocupação, que se percebe nas entrelinhas do texto, é com os produtos utilizados nos domicílios, obtidos ou adquiridos nos locais de distribuição, públicos ou privados, sugere-se uma reformulação nas formas de embalagem e dispensação de medicamentos, a ser realizada pela indústria, que entregaria para o consumo as quantidades efetivamente necessárias para o tratamento, evitando-se possíveis sobras. Esta situação, sim, pode trazer uma redução de despesa para o consumidor que ora se obriga a comprar mais medicamentos do que realmente precisa e, sem qualquer dúvida, trará uma relevante melhoria ambiental, evitando-se desprezar e tratar material de alto custo de produção como medicamento e de alto custo de tratamento como resíduo.

Também deve ser avaliado o risco à segurança da população quanto ao transporte para os coletores concentrados nos salões comerciais da rede farmacêutica e com o possível consumo incorreto de medicamentos sem condições de uso, disponíveis em maiores quantidades para serem apanhados nos recipientes de coleta de medicamentos vencidos ou estragados ali instalados."

Isto posto, é salutar a necessidade de um estudo pormenorizado com o real impacto sobre a destinação dos medicamentos em desuso, seus procedimentos, benefícios e malefícios que tais medidas possam acarretar à população e ao meio ambiente como um todo.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 018/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 018/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1601/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 075/11, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 075/11, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida que, dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 075/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **09 de junho de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 018/11, foi encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **04 de julho de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.

Desta forma, esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO
RELATOR





Projeto de Lei nº 075/11

(Autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida)

Dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Todo o resíduo contendo substâncias químicas ou biológicas que sejam produtos hormonais, antimicrobianos, citostáticos, antineoplásicos, imunossuppressores, digitálicos, imunomoduladores, antiretrovirais, anti-inflamatórios, corticóides e seu derivados, em especial e todos os demais medicamentos de uso humano ou veterinário, deverá ter seu descarte e destinação final conforme a presente lei. x

Art. 2º As empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras ou revendedoras de produtos descritos no art. 1º da presente lei, ficam responsáveis em dar a destinação adequada a esses produtos, mediante procedimentos de coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final.

Parágrafo único. As empresas descritas no caput deste artigo ainda devem prestar assistência aos estabelecimentos que comercializam ou distribuem estes produtos.

Art. 3º Os estabelecimentos que comercializam ou distribuem os produtos mencionados no art. 1º desta lei, incluindo neste rol as farmácias, farmácias de manipulação, farmácias veterinárias e lojas de produtos animais que comercializarem medicamentos, os postos de saúde, os hospitais, as clínicas e os consultórios sejam eles médicos ou odontológicos, os hospitais, clínicas e consultórios veterinários, os laboratórios de exames clínicos, e qualquer outro estabelecimento que comercialize ou distribua remédios, mesmo que seja de forma gratuita, como a distribuição de amostras grátis, ficam obrigados a aceitar a devolução das unidades usadas, vencidas, inservíveis, cujas características sejam similares àquelas comercializadas ou distribuídas por estes estabelecimentos.



Projeto de Lei nº 075/11 - fls.02.

Art. 4º Os medicamentos, ou produtos recebidos na forma do artigo anterior, serão acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecendo-se as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores quanto aos mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento, bem como as normas ambientais e de saúde pertinentes, devendo ser processadas de forma tecnicamente segura e adequada até que seja feito o repasse para os distribuidores, fabricantes ou importadores.

Art. 5º Após a entrega, pelos usuários, dos medicamentos aos estabelecimentos que os comercializam ou que os distribuam, informarão às empresas distribuidoras e revendedoras, ou às fábricas ou importadoras, a lista de produtos que demandam destinação final, a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas pela presente lei.

Parágrafo único. No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da informação de que trata o *caput* deste artigo, os responsáveis, nos termos desta lei, providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação final aplicável a cada caso.

Art. 6º Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final dos produtos que trata a presente lei:

I – lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em ares urbanas quanto rurais;

II – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente.

III – lançamento em copos d'água, manguezais, praias, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas naturais ou artificiais, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade, telefone, gás natural ou de televisão a cabo, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações;

IV – em aterros sanitários que não sejam de classe I (aterro de resíduos perigosos);

V – lançados na rede de esgoto.

Art. 7º A desobediência ou a inobservância de quaisquer dispositivos desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:



Projeto de Lei nº 075/11 - fls.03.

I – advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de multa;

II – não sanada a irregularidade, será aplicada multa no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), reajustáveis anualmente pelo índice de variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor);

III – em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior será aplicada em dobro;

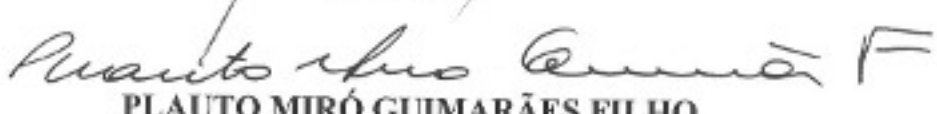
IV – persistindo a irregularidade, mesmo após a imposição de multa em dobro, será aplicada multa pecuniária diária de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) até o cumprimento integral do presente diploma legal.

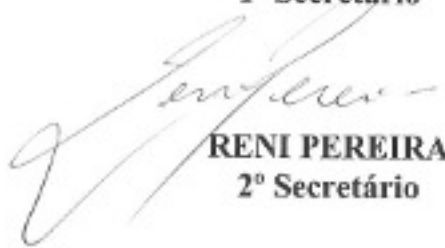
Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em até 60 (sessenta) dias.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 30 de maio de 2011.


VALDIR ROSSONI
Presidente


PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


RENI PEREIRA
2º Secretário




OF/CTL/CC nº 1895/2011

Curitiba, 01 de agosto de 2011

D.L.

Fls. 02

PROPOSIÇÃO VETO Nº 019/11

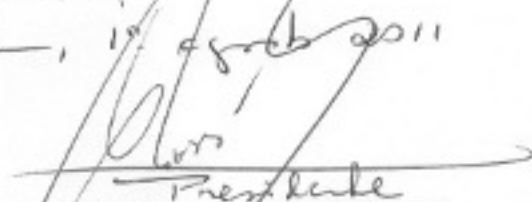
LIDO NO EXPEDIENTE CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L. Em, 02 AGO. 2011  1º Secretário

Senhor Presidente,

A DAP para leitura no expediente.

A DL para providências.

Em, 01 de agosto de 2011


 Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 093/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 064/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 064/11, de autoria do Deputado Reinhold Stephanes Junior, tem por escopo instituir os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, no âmbito de todo o Estado e dá outras providências.

Primeiramente, vejamos o que dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 66, IV:

Art.66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Excelentíssimo Senhor
 Deputado **VALDIR ROSSONI**
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
 N/CAPITAL
 Prot.nº 11.132.305-4



Ademais, vejamos o disposto no artigo 2º da Constituição

Federal:

**Art. 2º. São Poderes da União,
independentes e harmônicos entre si, o
Legislativo, o Executivo e o Judiciário.**

Isto posto, constata-se que o presente Projeto de Lei vem em descompasso com o princípio da harmonia dos poderes, estabelecidos na Constituição Federal, vez que o Poder Legislativo não possui competência para tal propositura, no que tange as atribuições de órgãos da Administração Pública, cabendo única e exclusivamente ao Executivo, na pessoa do Governador do Estado, consoante artigos supra.

Partindo deste pressuposto, constatamos que o presente Projeto de Lei apresenta evidente inconstitucionalidade formal, haja vista que o ilustre proponente não possui competência para propor a presente medida, vez que esta é de competência privativa do Governador do Estado.

Isto posto, fica evidente que o Projeto de Lei da maneira tal qual se encontra é inconstitucional, quer por ferir de sobremaneira a harmonia dos poderes, quer pela inconstitucionalidade formal apresentada.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS
GOVERNADOR DO ESTADO, EM EXERCÍCIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 019/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 019/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1895/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 064/11, de autoria do Deputado Stephanes Junior, que tem por escopo instituir os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná – em anexo o Projeto de Lei nº 152/11 de autoria do Deputado Marcelo Rangel.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 064/11, de autoria do Deputado Stephanes Junior que, tem por escopo instituir os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, em anexo o Projeto de Lei nº 152/11 de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 064/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **12 de julho de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 019/11, foi encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **01 de agosto de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO Nelson Luersen →
RELATOR





Projeto de Lei nº 064/11

(Autoria do Deputado Reinhold Stephanes Junior)

Institui os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, no âmbito de todo o território do Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º Institui os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, no âmbito de todo o território do Estado.

Art. 2º Para efeitos desta lei o evento paradesportivo, cultural e social deverá ter sua abrangência em todo Estado do Paraná e o maior número possível de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Tem como objetivo os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná incentivar a competição esportiva entre os atletas portadores de deficiência física, e consequentemente possibilitar o conagraçamento e aperfeiçoamento dos mesmos.

Art. 3º O Poder Executivo e seus órgãos auxiliares apresentarão regulamento próprio estabelecendo os procedimentos e as normas técnicas a serem seguidas.

Art. 4º O Poder Executivo ou seus órgãos assistentes poderão firmar convênios com entidades da sociedade organizada, públicas ou privadas para consecução dos objetivos desta lei.

Art. 5º Fica incluído no Calendário Oficial do Estado os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 05

Projeto de Lei nº 064/11

fls.2.

Parágrafo único. A data de que trata o *caput* deste artigo, poderá ser definida pelo Poder Executivo, e/ou em conjunto com Associação(s) e/ou Conselho(s) representantes de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

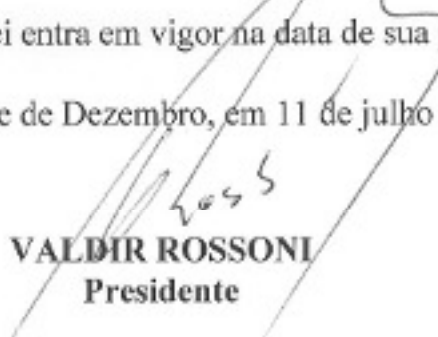
Art. 6º Dos Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, poderão também participar para-atletas oriundos de outros Estados e Países.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessárias, ficando obrigatória sua inclusão nos orçamentos futuros.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de julho de 2011.


VALDIR ROSSONI
Presidente


PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


RENI PEREIRA
2º Secretário